



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS.**

Ref.: Pregão Eletrônico N° 02/2026 - Processo licitatório N°: 007542/2025.

**TOP GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Areado, 506 – Carlos Prates - Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 08.913.064/0001-95, neste ato representado por seus procuradores *in fine*, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, na forma da legislação vigente, em conformidade Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pela **INOVA – ADMINISTRAÇÃO LTDA**, no certame em questão.

**DOS FATOS**

**TOP GESTÃO LTDA** depois de ter sua proposta e seus documentos de habilitação devidamente auditados por esta comissão de licitação, foi corretamente habilitada e declarada vencedora do lote 2 no certame em questão. Inconformada, a **INOVA – ADMINISTRAÇÃO LTDA** manifestou intenção de recorrer e apresentou suas razões.

Em apertada síntese, estes são os fatos.

**1 – DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE.**

A Inova, Administração, em resumo, aduz que a proposta da Top Gestão é inexecutável por:

- a) Cotar uniforme em desconformidade com o edital;
- b) Não cotar vale transporte;
- c) não prever de forma adequada os custos necessários à reposição de profissionais ausentes
- d) Uso de convenção coletiva vinculada a base territorial diversa do local dos serviços
- e) Usar piso salarial diferente da CCT utilizada na cotação.
- f) Por fim, solicita desclassificação da proposta.

Apesar do grande esforço da recorrente em tentar desclassificar a legítima proposta apresentada pela Top Gestão, veremos que não merece prosperar nenhum dos argumentos trazidos pela Inova.

Inicialmente, conforme a própria Top Gestão bem esclareceu em recurso apresentado contra a Associação Tristão da Cunha, não se verifica no ordenamento jurídico orientação para desclassificação de propostas sem que seja dada a oportunidade de o licitante comprovar sua exequibilidade ou de corrigir erros materiais.

Súmula 262 – TCU

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, **devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.**



Acórdão TCU nº 465/2024 – Plenário

O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, **devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta**

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

§ 2º **A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada,** conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

Pelo exposto, resta claro que os pedidos de desclassificação da proposta da Top Gestão, não merecem prosperar.

Ademais, apesar de ser facultado ao Pregoeiro a promoção de diligências para tal, demonstraremos que não se faz necessário. Senão, vejamos.

**a. Cotar uniforme em desconformidade com o edital.**

Aduz a recorrente que “A planilha de composição de custos apresentada consigna valor manifestamente irrisório para “Uniforme/EPI”, absolutamente incompatível com os itens expressamente exigidos pelo Termo de Referência e insuficiente para custear, sequer de forma aproximada, a aquisição e a reposição dos uniformes e equipamentos mínimos exigidos ao longo da vigência contratual”.

Entretanto, como pode ser verificado, a Top Gestão provisionou custos para tal rubrica. Ainda que a recorrente afirme que os custos não são suficientes, o que podemos afirmar que é, insta lembrar que rubricas isoladas não são motivos para desclassificação de proposta, segundo o TCU.

ACÓRDÃO 2332/2025 – PLENÁRIO - 18. Ademais, **o juízo sobre a exequibilidade deve se basear na análise global da proposta, conforme orienta a jurisprudência do TCU.** O Acórdão 637/2017-TCU-Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz, estabelece que **a inexecutabilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza, por si só, motivo suficiente para desclassificação da proposta,** sendo necessária a verificação da consistência econômica do valor total ofertado.

Aliás, não se trata de entendimento recente.

Acórdão 1678/2013-Plenário - A inexecutabilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação de proposta.



São inúmeros os acórdãos sobre o tema. Uma breve pesquisa na internet irá demonstrar o absurdo da impugnação da recorrente.

Nesse sentido, lembramos que a proposta apresentada pela Top Gestão apresenta um percentual de 16,40% distribuídos entre custos indiretos e lucro. Um valor total, mensal, por trabalhador, de R\$ 255,70.

Soma-se a isso mais o valor provisionado para uniformes de R\$ 137,50 e veremos que a Top Gestão é perfeitamente capaz de arcar com supostas diferenças nos custos de cotação dos uniformes.

Estamos falando de um valor anual de R\$ 4.694,40, por trabalhador. Acreditamos piamente que esse valor é capaz de suportar o ônus de qualquer equivoco de cotação.

Dessa forma, não há o que se falar em inexecuibilidade.

#### **b. Não cotar vale transporte.**

A recorrente alega que a Top Gestão *"incorre em omissão grave e estrutural ao não prever qualquer custo relacionado ao transporte dos trabalhadores"*.

Srs., a recorrente esquece que o município de Jaboticatubas não possui transporte público regular de passageiros. Portanto, a cotação de tal verba seria uma afronta aos normativos vigentes.

Além de poder configurar lesão ao erário por cotar rubrica inexistente, o vale transporte é devido ao trabalhador somente onde existe transporte público regular de passageiros.

Vejamos o que a justiça do trabalho orienta.

#### **TRT-8 - RECURSO ORDINARIO TRABALHISTA: ROT XXXXX20215080105**

Jurisprudência • Acórdão • **Mostrar data de publicação**

**Ementa:** VALE TRANSPORTE. INEXISTÊNCIA DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO. CONCESSÃO INDEVIDA. Constatando-se que o local de trabalho dos empregados não era servido de **transporte coletivo público**, indevida a concessão do benefício, eis que não há comercialização de **vale-transporte** porque não existe empresa operadora do sistema de **transporte coletivo público**, conforme disciplina o art. 5º da Lei nº 7.418/1985. (TRT da 8ª Região; Processo: XXXXX-53.2021.5.08.0105 ROT; Data: 07/07/2022; Órgão Julgador: 2ª Turma; Relator: JOSE EDILSIMO ELIZIARIO BENTES)

## TRT-6 - RECURSO ORDINARIO: RO XXXXX PE XXXXX-46.2009.5.06.0201

Jurisprudência • Acórdão • [Mostrar data de publicação](#)

**Ementa:** AUSÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO NO TRAJETO ENTRE A RESIDÊNCIA DO EMPREGADO E O LOCAL DE TRABALHO. VALE-TRANSPORTE. DESCABIMENTO - Se não há **transporte público** servindo o trajeto entre a residência do empregado e o local de trabalho, inexistente direito ao vale **transporte** instituído pela Lei n. 7.418, de 16.12.1985. Recurso ordinário improvido.

Do exposto, não se verifica razão por parte da recorrente.

### c. Não prever de forma adequada os custos necessários à reposição de profissionais ausentes

Alega a recorrente que a proposta da Top Gestão “*revela, ainda, grave deficiência estrutural ao não prever de forma adequada os custos necessários à reposição de profissionais ausentes*”.

Destaca-se que a recorrente faz tal afirmação sem, contudo, apresentar qualquer fato, número, jurisprudência ou normativo para embasar sua alegação.

Srs., a planilha da Top Gestão é confeccionada em estrita obediência a Instrução Normativa 05 de 2017.

Na própria planilha estão descritas as formulas ou normativos usados para obtenção dos percentuais usados.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Férias - Conforme IN 05	9,09%	R\$ 124,71
B	Ausências Legais - 0,33 falta/ano. $(0,33 \text{ dias}/30 \text{ dias}) \times (0,33/12 \text{ meses}) = 0,03 = 0,03\%$	0,03%	R\$ 0,26
C	Licença-Paternidade - $(5 \text{ dias}/30 \text{ dias}) \times (1/12 \text{ meses}) \times 6,24\% \text{ taxa de fecundidade} \times 50\% \text{ participação masculina} = 0,0004 = 0,04\%$	0,04%	R\$ 0,34
D	Ausência por acidente de trabalho - 0,33 falta/ano. $(0,33 \text{ dias}/30 \text{ dias}) \times (0,33/12 \text{ meses}) = 0,03 = 0,03\%$	0,03%	R\$ 0,26
E	Afastamento Maternidade - $(0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12 = 0,03\%)$	0,03%	R\$ 0,26
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
SUBTOTAL 4.1		9,22%	R\$ 125,83

Cabe ressaltar ainda que, a exceção das férias que tem percentuais regidos pela IN 05, as demais rubricas são variáveis, dependendo da situação fática de cada empresa.

Nesse sentido, a metodologia de cálculo adotada para o Módulo 4 não é assentada em percentuais definidos em legislação, mas tão somente pela experiência da empresa, dados matemáticos ou estatísticos, bem como a partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A recorrente não poderia estar mais equivocada.



- d. **Uso de convenção coletiva vinculada a base territorial diversa do local dos serviços e;**
- e. **Usar piso salarial diferente da CCT utilizada na cotação.**

Alega a recorrente que a Top Gestão utilizou “convenção coletiva vinculada a base territorial diversa daquela em que os serviços serão efetivamente prestados”. Entretanto o que se verifica é um mero erro material.

A planilha utilizada no pregão informa numero errado da CCT. Corroborar com que aduz o fato de o próprio município de prestação dos serviços também estar incorreto.

A - Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):	02/02/2026
B - Município/UF:	Rio de Janeiro/RJ
C - Ano do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo:	RJ001023/2024
D - Número de meses de execução contratual:	12

Apesar disso, com fundamento nas orientações o TCU, o mero erro material não é motivo de desclassificação da proposta, podendo ser sanado sem prejuízo ao pregão em questão.

Enunciado

Acórdão 830/2018-Plenário - **A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.**

Isto posto, informamos que a CCT aplicada na licitação é a MG001973/2025, firmada entre SINTAPPI/MG - SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS EM EMPRESAS DEASSESSORAMENTO, PESQUISAS, PERICIAS, INFORMACOES, AGENTES AUTONOMO, CNPJ n.23.199.862/0001-90, e SINERHT - MG SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICO.

Prova disso está no salário utilizado para cotação dos custos dos postos, a saber:

1 - Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviços de Monitor de Apoio ao
2 - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3 - Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.671,34
4 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Serviços de Monitor de Apoio ao
5 - Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Valor corresponde ao salário de demais funções, da tabela de salários, anexo I da referida CCT.

TELEFONISTA	R\$ 1.590,88	DEMAIS FUNÇÕES	R\$ 1.671,34
-------------	--------------	----------------	--------------

Belo Horizonte, 28 de março de 2025.

ANTONIO GOMES  
RGANJO:21692254634

Assinado de forma digital por ANTONIO GOMES ARCANJO:21692254634  
Dados: 2025.04.03 14:48:58 -03'00'

ANTÔNIO GOMES ARCANJO  
Presidente -SINTAPPI-MG

Documento assinado digitalmente  
gov.br MAURICIO ESTEVAO HILARIO  
Data: 07/04/2025 11:54:28-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MAURÍCIO ESTEVAO HILARIO  
Presidente - SINERHT-MG



Insta esclarecer que o valor nominal recebido pelo trabalhador se refere ao salário proporcional as horas efetivamente trabalhadas, ou seja, 22,5 horas.

Do exposto, tem-se que R\$ 1.671,34 dividido por 44 horas (jornada integral), e multiplicado por 22,5 (horas efetivamente trabalhadas), chegamos ao valor de R\$ 854,66.

Dessa forma, não há que se falar em valores inferiores de salário ou benefícios. Toda a proposta se encontra em perfeita consonância com o instrumento coletivo, que por sua vez, é perfeitamente aplicável a licitação em tela, inclusive por contemplar a cidade de Jaboticatubas como base territorial.

Itajubá/MG, Itamarandiba/MG, Itambacuri/MG, Itambé do Mato Dentro/MG, Itamogi/MG, Itamonte/MG, Itanhandu/MG, Itanhomi/MG, Itaobim/MG, Itapagipe/MG, Itapecerica/MG, Itapeva/MG, Itatiaiuçu/MG, Itaú de Minas/MG, Itaúna/MG, Itaverava/MG, Itinga/MG, Itueta/MG, Ituiutaba/MG, Itumirim/MG, Iturama/MG, Itutinga/MG, Jaboticatubas/MG, Jacinto/MG, Jacui/MG, Jacutinga/MG, Jaguará/MG, Jaíba/MG, Jampruca/MG, Janaúba/MG, Januária/MG, Japaraíba/MG, Japonvar/MG, Jeceaba/MG, Jenipão de Minas/MG, Jequeri/MG, Jequitai/MG, Jequitibá/MG, Jequitinhonha/MG, Jesuânia/MG.

Com a finalidade de dar celeridade ao processo, estamos anexando a essa contrarrazão a planilha com as informações corretas de município e CCT aplicada.

## 2 – DOS REQUERIMENTOS.

Tendo em vista a inequívoca decisão do Sr. Pregoeiro de aceitar a proposta e habilitar a **TOP GESTÃO LTDA**, conforme demonstramos nos fundamentos jurídicos acima, requer seja julgado **improcedente** o RECURSO apresentado pela **INOVA – ADMINISTRAÇÃO LTDA**, que o certame siga seu curso natural e que o objeto do mesmo seja adjudicado em nome da **TOP GESTÃO LTDA**

Nestes termos.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2026.

NATHALIA KATHLEEN  
RODRIGUES:0899289  
8606

Assinado de forma digital  
por NATHALIA KATHLEEN  
RODRIGUES:08992898606  
Dados: 2026.02.13 10:12:10  
-03'00'

Top Gestão Ltda  
Nathalia Kathleen Rodrigues